

SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura – CT Pesca”	
Documento convocatório: Ofício CBHLSJ n.º 17, de 07 de março de 2023	
Data: 15/03/2023 Hora: 9h30	Local: UVA – Universidade Veiga de Almeida
Presentes: Membros: Francisco Guimarães (Assoc. de Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da Pitória); Mariana Botelho (FIPERJ); João Paulo Arruda (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia); Breno Bento (P.M.S.P.A.); Eduardo Gomes Pimenta (UVA); Eli da Costa (Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio); Paulo Cesar Pinheiro (Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia); Dulce Tupy (Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema). Convidados: Naetê Reis (Pescarte); Mariana Alberto (Instituto Albatroz); Roni Ribeiro (Associação dos Pescadores de Gancho); Alexandre de Jesus (Associação de Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da Pitória); José Carlos Teixeira (APESCARPGIN – Arraial do Cabo); Joel Dias (APAMA - Distrito de Arraial do Cabo); Jéssica Berbat (CILSJ); Samara Miranda (CILSJ); Thaisa Azevedo (Assessoria de Comunicação – CILSJ).	
Pauta Convocada: <ol style="list-style-type: none">1. Aprovação de sinopse de reunião anterior (18/08/2022 e 15/09/2022);2. Aprovação da aplicação de recursos de auxílio à fiscalização da Lagoa de Araruama para o ano de 2023;3. Defeso 2023 dos crustáceos na Laguna de Araruama (Portaria SAP/MAPA n° 1.217/2022);4. Adequação da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA n° 02/2013;5. Projetos de turismo de base comunitária e comercialização do pescado;6. Assuntos gerais:	
Pauta Executada: <ol style="list-style-type: none">1. Aprovação de sinopse de reunião anterior (18/08/2022 e 15/09/2022);2. Aprovação da aplicação de recursos de auxílio à fiscalização da Lagoa de Araruama para o ano de 2023;3. Defeso 2023 dos crustáceos na Laguna de Araruama (Portaria SAP/MAPA n° 1.217/2022);4. Adequação da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA n° 02/2013;5. Projetos de turismo de base comunitária e comercialização do pescado;6. Assuntos gerais:<ol style="list-style-type: none">6.1. Informes e tratativas sobre situações do município de Saquarema;6.2. Informes sobre o projeto de estudos de identificação de origem da Tainha na Lagoa de Araruama;6.2. Número de pescadores na Laguna de Araruama;	

6.3. Talonário Fiscal;
6.4. Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE;
6.5. Informes sobre a Dragagem.

Resumo:

O Coordenador desta Câmara Técnica, Sr. Francisco Guimarães, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e passou a fala ao Presidente do CBHLSJ. O Sr. Eduardo Pimenta reiterou o agradecimento pela presença e informou que o projeto albatroz estava próximo de inaugurar a sua sede, ainda em 2023, podendo ser incluído no roteiro do projeto de turismo de base comunitária. Pontuou, ainda, que numa próxima reunião estaria apresentando os dados de projetos que faz parte, que tratem sobre a pesca na Lagoa de Araruama, de modo a divulgar essas informações. Comunicou ainda, que foi realizado um levantamento socioeconômico, que sugeriu que a Lagoa gerava cerca de 7.348 (sete mil trezentos e quarenta e oito) empregos diretos e indiretos, movimentando mais de 2 milhões de reais por ano. O Sr. Francisco Guimarães solicitou inclusões de pauta, em assuntos gerais: i. Informe sobre o projeto de estudos de identificação de origem da tainha da Lagoa de Araruama; ii. Número de pescadores na Lagoa de Araruama; iii. Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE; iv. Informes sobre a dragagem; e v. Talonário fiscal. O último item foi incluído por solicitação Sr. José Carlos, para verificar como funcionaria o registro da venda dos pescadores. Com aprovação das inclusões, passou-se para **aprovação das sinopses das reuniões dos dias 18/08/2022 e 15/09/2022**, sendo as mesmas aprovadas, sem ressalvas. Avançou-se, então, para a **aprovação da aplicação de recursos de auxílio à fiscalização da Lagoa de Araruama para o ano de 2023**. A Sra. Samara Miranda apresentou os valores aportados na última contratação, informando os saldos remanescentes para combustível e para kits alimentação. Destacou que o contrato ainda estava vigente, e os valores sofreriam alterações. A Sra. Jéssica Berbat pontuou que o saldo para óleo lubrificante havia sido zerado, pois a compra foi efetuada com todo o saldo, mas ainda possuíam algumas unidades de óleo na sede para distribuição. Esclareceu que a discussão seria o aporte e distribuição dos valores previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PAP) do CBH Lagos São João. Foi discutido que não havia saldo previsto no PAP a partir de 2023 para essas ações, mas que em 2022 havia o saldo de R\$ 64.328,97 a ser alocado pela CT Pesca. Após alinhamentos, foi aprovado pelos membros que seria aportado R\$ 29.940,00 (vinte e nove mil novecentos e quarenta reais), referentes à aproximadamente mil kits alimentação, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para gasolina comum, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para diesel e R\$ 2.388,97 (dois mil trezentos e oitenta e oito reais) para óleo lubrificante náutico dois tempos. Prosseguindo para tratar do **defeso 2023 dos crustáceos na Laguna de Araruama (Portaria SAP/MAPA nº 1.217/2022)**, o Sr. Francisco Guimarães abriu para considerações dos membros. O Sr. Roni Ribeiro pontuou necessidade de contratação de pescadores da região, que conheçam bem os locais de pesca, para apoio à fiscalização com lanchas, pois podia ter muita pesca irregular na Lagoa e havia locais pouco conhecidos que demandariam ações de fiscalização, que poderiam ser de perigoso acesso à noite para aqueles que não fossem acostumados, por conta dos ganchos. O Sr. Paulo Arruda colocou que não cabia contratar pescadores, pois era necessário que todos os guardas estejam fardados, com identificação e sem quaisquer coberturas que inviabilizem o reconhecimento do profissional, uma vez que são questões exigidas pela Procuradoria. O Sr. Francisco Guimarães indicou convidar a 8ª UPAM para apoiar as ações de fiscalização durante o período de defeso da Lagoa. Propôs, ainda, que fosse realizado um encontro administrativo para alinhamento dos caminhos e rotas locais, visando o reconhecimento e treinamento, para facilitação da operação dos agentes de fiscalização na Lagoa, sendo realizada uma oficina de alinhamento e reconhecimento para o defeso dos crustáceos de 2023, pré-agendada para o dia 31 de março de 2023, sendo um evento de campo, saindo da Praia da Ponta da Areia, apenas entre os pescadores e a os agentes fiscalizadores. Foi aprovado o apoio a oficina, para o qual todos os membros da CT Pesca seriam convidados a participar, com disponibilização de lanche. Em seguida, foi sugerido e aprovado o envio de um ofício para que as prefeituras de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio licenciassem uma base fixa de apoio (palafita) para apoio a fiscalização pela guarda ambiental lagunar, de acordo com as coordenadas que seriam indicadas pela CT, dentro da própria Lagoa. O Sr. Roni Ribeiro destacou a importância de verificar, em campo, se os ganchos encontram-se devidamente legalizados e com a

malhagem prevista na legislação. Foi discutido, ainda, o Processo Eleitoral do CBHLSJ, bem como o funcionamento e funções do Comitê e a importância da participação dos pescadores nas reuniões da Plenária, uma vez que a mesma é a instância máxima deliberativa. O Sr. Breno Bento destacou a relevância das operações de fiscalização serem realizadas ao longo de todo o ano. O Sr. Paulo Arruda esclareceu que havia limitações das ações, por parte das Prefeituras. Avançou-se para a **adequação da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 02/2013**. O Sr. Francisco Guimarães informou que o assunto havia sido paralisado em Brasília, por questões políticas, mas que, através de contatos, pretendia levar à retomada da discussão. Tendo isso em vista, solicitou que os membros estudassem a Instrução Normativa e reunissem suas propostas para que, em uma reunião que o mesmo participaria em Brasília, pudesse apresentar essas demandas da região. A Sra. Mariana Botelho pediu ao Sr. Francisco Guimarães que disponibilizasse a minuta da proposta. Para viabilizar a revisão da IN de forma mais eficiente, foi alinhada a realização de duas oficinas para tratar da temática, marcadas para os dias 18 e 19 de abril de 2023, presencial, de 8h às 17h. O Sr. Francisco Guimarães pontuou que a ideia era que no primeiro dia fossem levantados, analisados e discutidos todos os problemas, para que no segundo dia possa ser realizada a revisão da IN efetivamente. Prosseguindo para o item **Projetos de turismo de base comunitária e comercialização do pescado**, o Sr. Francisco contextualizou sobre o projeto, informando que a APAAPP, associação de pescadores que é representante, havia sido selecionada com dois projetos em editais da FUNBIO, um em parceria com as Associações de Pescadores do Parque das Garças, da Praia da Baleia, de Correnteza e de Monte Alto, que visava o Turismo de Base Comunitária, o qual previa a realização de três oficinas, das quais uma já havia sido executada. Contou que a mesma havia sido um sucesso, que esperava a participação de vinte pessoas, mas contou com trinta e cinco, com as mulheres ocupando cerca de 40% dessas vagas. Informou que a próxima etapa seria a oficina de artesanato para produção de bijuterias, no dia 01 de abril, no Parque das Garças, que contaria com dois meses de aulas, sempre aos sábados. Essas aulas culminariam em três amostras dos artesanatos produzidos: uma em São Pedro da Aldeia, uma em Cabo Frio e outra em Arraial do Cabo. Esclareceu que o recurso que receberam dos projetos incluía a infraestrutura para sua execução, e também a legalização de 45 embarcações, a aquisição de equipamentos e a capacitação de pescadores. Pontuou que a ideia era vender um roteiro que incluísse as mais diversas localidades, como a Ponta da Massambaba, Praia da Pitória, Praia do Siqueira, entre outras. Solicitou aos presentes que reunissem maiores volumes de escama de peixe, necessários para as oficinas de produção de bijuterias. Foram apresentados vídeos dos encontros realizados pelo curso de turismo de base comunitária. Convidou para que todos participassem das discussões para prosseguimento e enriquecimento do projeto. Finalizou, agradecendo a participação e contribuição de todos na viabilização dos cursos e atividades realizadas. Em **assuntos gerais**, a Sra. Dulce Tupy se apresentou, contando que sempre esteve envolvida com o mar, se envolvendo com a atividade pesqueira logo que teve contato com a causa, estando na composição do CBHLSJ como representante da Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema, e por isso veio, representando as Associações de Pescadores do município, apresentar as problemáticas vivenciadas pela região à CT Pesca. Informou que a comunidade pesqueira de Mombaça está participando de um projeto semelhante ao apresentado, com curso de turismo de base comunitária e de tratamento do pescado, realizados pelo Instituto Onda Azul, com apoio da Petrobrás. Expôs, ainda, a problemática vivenciada no Canal da Barra Franca, em Saquarema, que estava sendo afetado pela rolagem das pedras do molhe para o canal. Expressou que, com base nas situações e perigosas que a população estava exposta na localidade, através de muita luta, conquistaram recursos para execução de uma obra emergencial no local, para abertura e limpeza do canal. Entretanto, após iniciada, a mesma foi paralisada por solicitação do MPF, que proibiu a retirada da areia e realização da engorda das praias, por conta da ausência do EIA/RIMA. Colocou que a prática de depositar a areia marítima de obras de desobstrução já havia sido realizada em diversos municípios da região, e que muito mais impacto a região estava sofrendo por conta da ausência desta obra. O Sr. Francisco Guimarães concordou, pontuando que a obstrução do canal diminuía, inclusive, o fluxo de água para a Lagoa e o pescado. Com base nas informações discutidas, foi deliberado o envio de um ofício de apoio à limpeza do canal, tendo em vista o caráter emergencial da obra, cuja paralisação estava colocando em risco a vida da população que o utilizava. Retornando a Sra. Dulce Tupy, a mesma tratou sobre o Porto de Jaconé, que seria instalado em Maricá, cujo projeto havia sido aprovado e se tratava de uma situação que prejudicaria a vida dos moradores, beneficiando somente os envolvidos em

sua construção, além de afetar o meio ambiente da região, que conta com *beachrocks*, que se tratavam de rochas datadas de milhões de anos, que contavam a história da humanidade. Contou que a aprovação do projeto foi devido a um parecer que informava não haver mais *beachrocks* no local, mas que isso não era possível, já que se tratavam de pedras enormes “cavadas” na areia. Além disso, comentou que havia sido informada que o fundo da Lagoa de Jaconé era composto por essas rochas. Pediu, então, a manifestação da CT Pesca manifestando-se contra a liberação dessa obra, direcionada ao INEA, que licenciou o Porto. O Sr. Francisco Guimarães pontuou que era surpreendente a localização, uma vez que o mapa de zoneamento indicava a região como de alto impacto do mar. Em relação aos **informes sobre o projeto de estudos de identificação de origem da tainha da Lagoa de Araruama**, o Sr. Francisco Guimarães colocou que se tratava de um projeto submetido a um edital da FAPERJ, em conjunto com a EMBRAPA, SEBRAE, FIPERJ e outras instituições, cujo recurso limitado só permitiu a escolha de uma espécie e por isso houve a restrição à tainha, mas que a ideia era que a comprovação sobre a tainha servisse como direcionamento para certificação de origem de outras espécies, e que o resultado final dessa submissão do projeto sairia em abril. A Sra. Mariana Botelho destacou que isso agregaria valor ao pescado. Em relação ao **número de pescadores na Lagoa de Araruama**, pontuou que o aumento da quantidade de peixes na região, tem atraído mais pescadores à região, questionando se três meses seriam o suficiente pra repor essa intensidade de pesca. Visando discussões mais específicas para o desenvolvimento de estratégias sobre o assunto, foi definida a realização de uma oficina com Ministério da Pesca, FIPERJ, Secretarias de Meio Ambiente, Associações e Colônias de Pescadores, a ser agendada pelo Sr. Francisco Guimarães com as instituições, provavelmente para o mês de maio, com o objetivo de trabalhar a capacidade de suporte das pescarias na Lagoa de Araruama e de Saquarema. Foi proposto que essa oficina fosse realizada em conjunto com as oficinas de revisão da Instrução Normativa. Sobre o **Talonnário fiscal**, foi informado que o mesmo possuía funções de Nota Fiscal. A Sra. Mariana Botelho informou que quem estiver em dia com sua documentação (DAP ativa), poderia retirar o talonnário junto à FIPERJ e EMATER, e destacou a importância deste para comprovação de renda dos pescadores. Foi comentado que o prazo para regularização da DAP havia sido estendido, por conta de instabilidades no novo sistema. Sobre a **Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE**, foi comentado que o assunto deveria ser colocado junto ao Ministério da Pesca, em Brasília, para adequação dessa classificação junto à Receita Federal e INSS, para que fosse incluída a classificação específica para a pesca de crustáceos, que hoje prevê crustáceos e moluscos, necessária dada a separação do período de defeso. Sobre a **Dragagem**, informou que o GT Dragagem, criado pelo CBHLSJ, teria uma saída de campo no dia 20 de março, convidando os presentes interessados a participar. O Sr. Francisco Guimarães colocou que seria necessário o apoio do Comitê com o combustível e a alimentação. Informou, ainda, que em relação a dragagem de Voledam, Mossoró, em São Pedro da Aldeia, havia uma reunião agendada para o dia 29 de março com o Procurador, para tratar sobre os buracos que a empresa havia feito para retirada de material, que afetava a pesca de troia e de arrasto de camarão. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. Francisco Guimarães agradeceu pela presença de todos, finalizando-a.

Registro Fotográfico:



Relator: Jéssica Berbat

Elaborado em: 04/04/2023

Aprovado em: 27/06/2023



FRANCISCO GUIMARÃES
Coordenador da Câmara Técnica de Pesca
e Aquicultura do CBHLSJ